

Cetesb pede adequação em projeto do centro logístico - Diário do Grande ABC



Órgão dá 90 dias para Fazenda Campo Grande comprovar viabilidade ambiental de empreendimento em Paranapiacaba

Aline Melo

Do Diário do Grande ABC

30/05/2019 | 08:30



Share to FacebookShare to TwitterShare to LinkedInShare to PinterestShare to ImprimirShare to Mais...

A Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) solicitou, em 16 de maio, que a Fazenda Campo Grande Empreendimentos e Participações, responsável pelo projeto de construção de um centro logístico em área próxima de Paranapiacaba, em Santo André, apresente projeto readequado do empreendimento, após a alteração da Luops (Lei de Uso e Ocupação do Solo) do município, feita em dezembro de 2018. A empresa tem 90 dias para atender as solicitações, a proposta será arquivada.

A Fazenda Campo Grande Empreendimentos e Participações está em processo de obtenção de licença ambiental para a instalação de centro logístico em área de 4,7 milhões de metros quadrados, dos quais 20%, o equivalente a 91 hectares (ou 90 campos de futebol), seriam desmatados. O restante do local será preservado. A instalação está prevista para ser executada às margens da ferrovia Santos-Jundiaí, nas proximidades do pátio ferroviário Campo Grande. O investimento estimado é de R\$ 780 milhões.

A Cetesb também pediu, entre outras solicitações, que seja apresentada certidão de compatibilidade

de uso de solo, documento que deve ser emitido pelo Semasa (Serviço de Saneamento Ambiental de Santo André) e pelo C MPU (Conselho Municipal de Políticas Urbanas). Todas as exigências foram feitas no âmbito de ação judicial impetrada pelo MDV (Movimento em Defesa da Vida) do Grande ABC contra a gerência de licenciamento da companhia.

Segundo o autor da ação e presidente do MDV, o advogado e ambientalista Virgílio Alcides de Farias, o empreendimento está em total desacordo com a legislação vigente e não há como as certidões serem emitidas sem “mudança profunda na Luops e no Plano Diretor da cidade”, cujo projeto de atualização tramita na Câmara Municipal. “A lei diz que só pode ser instalado naquela área empreendimentos locais, e o centro logístico vai conectar o porto de Santos ao restante do País”, argumentou.

Em nota, a Fazenda Campo Grande afirmou que não foram pedidas mudanças, mas sim adequações ao documento, fase normal do processo de licenciamento. “A empresa reforça seu compromisso com a transparência do projeto, que respeitará toda a legislação vigente e prestará todos os esclarecimentos aos órgãos públicos e à sociedade civil organizada.”

Sancionada em dezembro do ano passado, a mudança na Luops envolve a retirada, na legislação, da possibilidade de construção de empreendimentos de logística na Vila de Paranapiacaba.

Ambientalistas são contra empreendimento

Desde que foi anunciado, o projeto de construção de um centro logístico em área próxima de Paranapiacaba tem enfrentado a resistência de ambientalistas. O argumento é que haverá grande supressão de vegetação de área que é zona de amortecimento da Mata Atlântica, com riscos para fauna e flora local, além de ameaça às nascentes de água doce.

A Fazenda Campo Grande Participações, responsável pelo empreendimento, alega que o centro logístico é um projeto que visa incentivar o transporte ferroviário de cargas, atendendo à demanda brasileira por este tipo de modal, muito mais eficiente, barato e menos poluente. “O projeto irá criar 1.200 empregos na região, gerará R\$ 35 milhões extras anuais em impostos para a prefeitura de Santo André, além de proporcionar a criação de uma área de reserva florestal permanentemente monitorada, de 374 hectares, e mais compensação externa de 109 hectares”, afirma em nota.

Em junho do ano passado, mandado de segurança impetrado pelo MDV (Movimento em Defesa da Vida do Grande ABC) suspendeu a realização de audiência pública para apresentação do projeto, parte obrigatória do processo de licenciamento ambiental. O evento, em duas edições, só foi realizado no fim de 2019.

Até o momento, o CBH-AT (Comitê de Bacia Hidrográfica Alto Tietê) não aprovou o EIA/Rima (Estudo e Relatório de Impacto Ambiental) do empreendimento e o MP (Ministério) se manifestou contrário à obra.

Comentários